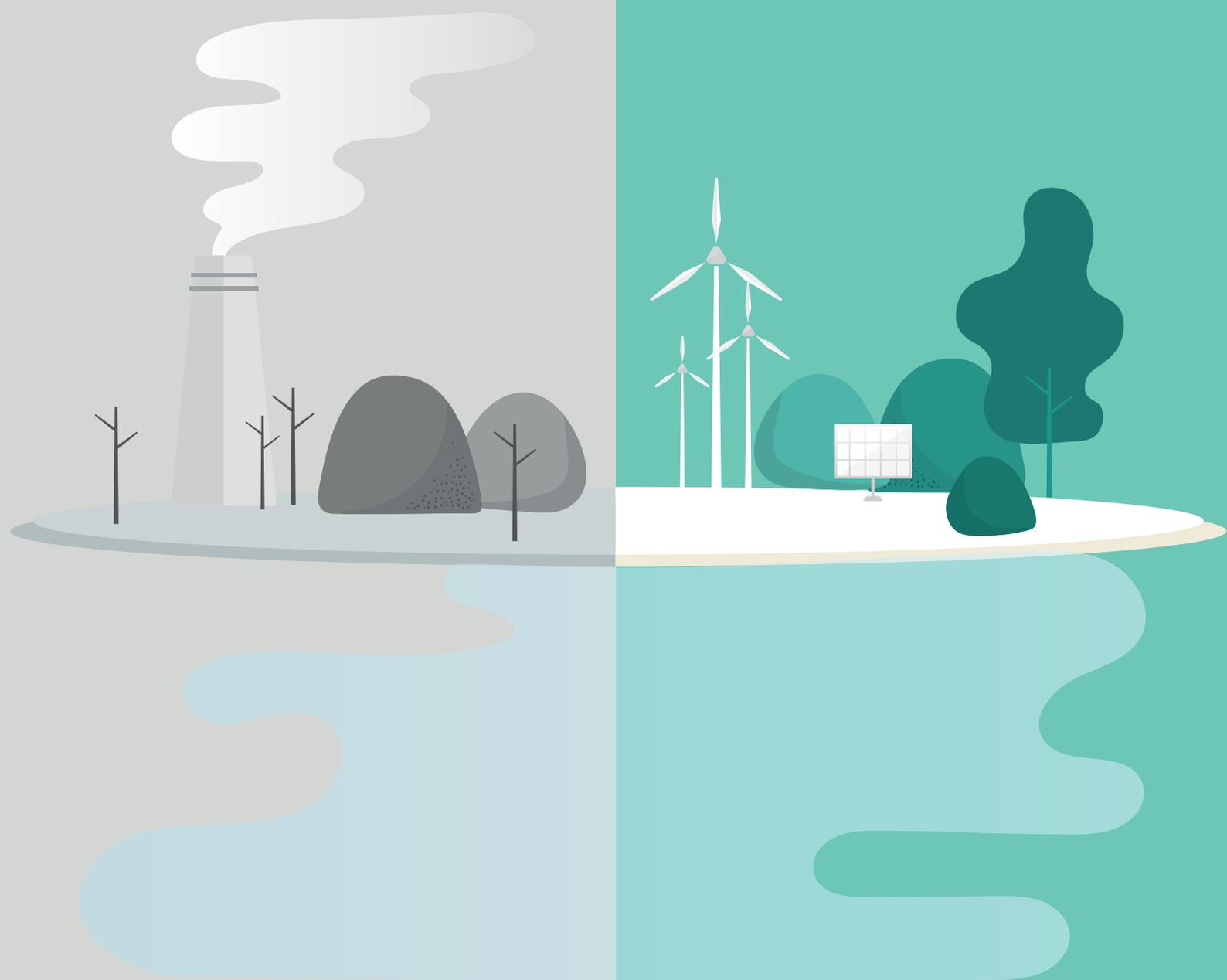


GEOCONEXÕES

V.2(2018)



ISSN - 2359-6007

GEOCONEXÕES

V.1 (2018)

1ª Edição

Editores

Gerson Gomes do Nascimento

Malco Jeiel de Oliveira Alexandre

Organização

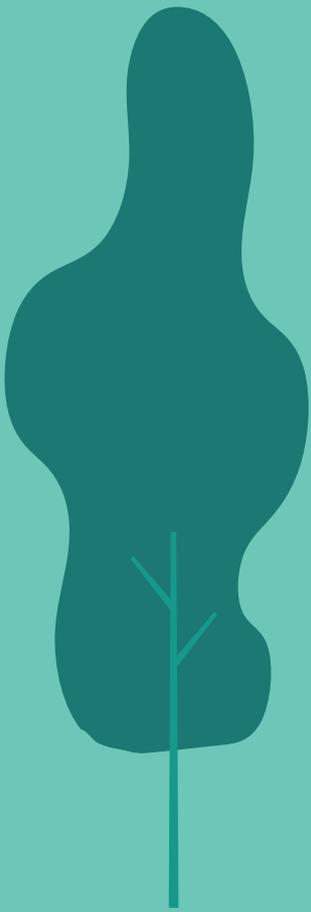
Pró-Reitoria de pesquisa e inovação

Capa

Anderson Paulo N. Oliveira

Diagramação

Anderson Paulo N. Oliveira



SUMÁRIO

- 05 RISCO AMBIENTAL URBANO: CONSEQUÊNCIA DO DESCARTE IRREGULAR DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS NA CIDADE DE PIRES DO RIO- GOIÁS**
- 14 A COMPREENSÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO ATRAVÉS DA VIVÊNCIA EM UMA AULA DE CAMPO: RELATO DE EXPERIÊNCIA COM OS DISCENTES DA ESCOLA ESTADUAL FERREIRA ITAJUBÁ**
- 20 GÊNERO, DIVERSIDADE SEXUAL E LGBTFOBIA NA ESCOLA**
- 26 O IMPACTO DA ENERGIA EÓLICA NO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO DOS MUNICÍPIOS DE JOÃO CÂMARA, PARAIZINHO E GUAMARÉ NO RIO GRANDE DO NORTE**

Editorial

GEOCONEXÕES (EDIÇÃO, NOVEMBRO 2018)

Nesta edição da Geoconexões abrimos espaço para artigos dos mais variados temas que interessam a todos aqueles que fazem ciência com destaque para a área de humanas. Nesse sentido, o primeiro artigo de autoria de Paulo Jean traz como temática os resíduos sólidos urbanos (RSUs) e suas considerações a respeito de determinados riscos ambientais perceptíveis que estes potencializam em fragmentos do ambiente urbano. O segundo, de autoria de Maria Cristina Cavalcanti Araújo e Mário Jorge Ferreira da Silva traz como foco principal a importância da vivência do trabalho de campo como recurso didático dentro da concepção e entendimento do espaço geográfico. O terceiro, dos autores Jean Claude de Souza Gomes e Maria Cristina Cavalcanti de Araújo tem como objetivo expor como se concebe as relações da diversidade sexual e de gênero trazendo também o tema LGBTfobia na escola. O último artigo de Maria Cristina Cavalcante Araújo e George Luiz Carneiro Dantas evidencia o Rio Grande do Norte enquanto um importante produtor de energia eólica do Nordeste, o que faz com que o estado se insira no conjunto de prioridades da geração elétrica estabelecidas pelo modo “limpo”, de desenvolvimento. Para os apreciadores de artigos acadêmicos fica o nosso convite de uma boa leitura e bons entendimentos acerca de assuntos de grande relevância na atualidade.

Gerson Gomes do Nascimento
Malco Jeiel de Oliveira Alexandre

RISCO AMBIENTAL URBANO: CONSEQUÊNCIA DO DESCARTE IRREGULAR DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS NA CIDADE DE PIRES DO RIO- GOIÁS

Paulo Jean Pereira Alves

RESUMO

Este artigo tem como temática os Resíduos Sólidos Urbanos (RSUs) e considerações a respeito de determinados riscos ambientais perceptíveis que os resíduos sólidos potencializam em fragmentos do ambiente urbano. A criação das cidades e a crescente ampliação das áreas urbanas têm contribuído para o aumento de RSUs e como consequência os riscos ambientais urbanos, objetivando diagnosticar áreas de riscos ambientais oriunda do descarte irregular de RSUs em bairros da cidade de Pires do Rio (GO).

PALAVRAS-CHAVES: Resíduos sólidos. Riscos ambientais. Cidade de Pires do Rio.

ABSTRACT:

His paper deals with urban solid wastes (RSUs) and considerations about certain perceived environmental risks that solid wastes potentiate in fragments of the urban environment. The creation of cities and the increasing expansion of urban areas have contributed to the increase of RSUs and, as a consequence, the urban environmental risks, aiming to diagnose areas of environmental risks arising from the illegal disposal of MSWs in neighborhoods of the city of Pires do Rio.

KEYWORDS: Solid waste. Environmental risks. City of Pires do Rio.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas registrou-se um crescimento acelerado da população urbana no Brasil. Em função dos avanços tecnológicos, esta população vem apresentando mudanças marcantes nos hábitos de consumo. Com isso, os Resíduos Sólidos Urbanos (RSUs), produzidos são cada vez maiores e de origens diversificadas, contribuindo para uma série de problemas de ordem sanitária, ambiental, econômica e social.

O progresso e o desenvolvimento acelerado, segundo Coelho (1994), juntamente com uma lógica cada vez mais consumista, fizeram com que cada vez mais os recursos naturais fossem consumidos numa velocidade maior, acarretando o aumento de RSUs, descartados na natureza. Uma vez que os padrões de consumo impostos pelo capitalismo estimulam os indivíduos de um modo geral, a acreditarem que quanto mais consumirem, melhor estarão colocados na escala social.

Os RSUs produzidos pelos seres humanos nas mais variadas atividades existentes na sociedade são um dos graves problemas enfrentados por todos os atores sociais e políticos: devido ao intenso consumo que ocorre na sociedade contemporânea – o que gera mais RSUs e desperdício de recursos naturais e energia – bem como a poluição do ambiente e a ameaça à saúde pública decorrente do não tratamento, acumulação ou destinação final inadequada destes restos.

Conforme a Constituição Federal (CF) de 1988 em seu Art. 30, a prestação dos serviços essenciais de limpeza urbana é obrigação de todos os municípios brasileiros assim como da sociedade e deve atender satisfatoriamente à população da cidade, preservando as condições básicas de saneamento e limpeza. Essa não é a realidade em grande parte do Brasil, visto a dificuldade de viabilizar estes serviços de maneira adequada para toda a população. A limpeza urbana é considerada um dos setores do saneamento básico, sua qualidade impacta diretamente na saúde da população e nos recursos naturais.

Nos pequenos municípios, como é o caso de Pires do Rio (G), a produção de RSUs não é muito grande, o que dá a impressão de não haver problemas. Mas se a gestão do serviço de limpeza urbana for ineficiente, não tomando os cuidados legais referentes ao tratamento e destinação final desses RSUs, por expor a população ao risco de contaminação, onde a coleta não tenha distinção e tratamento dos diferentes tipos de RSUs (como tóxicos, hospitalares, etc) e sua destinação final compreenda em um local impróprio que coloque em risco o meio e a saúde pública, este problema também passa a ter relevância.

Os RSUs podem ser coletados de forma indiferenciada ou seletiva. Indiferenciada quando não ocorre nenhum tipo de seleção durante a coleta; ou a seletiva, quando os RSUs são recolhidos e já separados de acordo com seu tipo e destinação. Após a seleção, os mesmos são enviados ao aterro sanitário, onde o material é coletado de forma indiferenciada e despejado para que se decomponha e seja absorvido pelo solo.

Em uma sociedade responsável, faz-se necessário aprofundar o conhecimento e discutir sobre todo o ciclo do RSUs, desde a sua produção, seu descarte pelo consumidor, transporte até o seu depósito, realizado nos aterros sanitários, ou lixões que são áreas distantes dos centros urbanos, em locais que poucas pessoas vivem ou frequentam, ou descarte de forma irregular em espaços de moradias e convivência humana vai além de uma transformação da paisagem e do descaso dos órgãos públicos, ou mesmo da falta de educação da população.

Assim, este trabalho tem como objetivo diagnosticar as áreas de riscos ambientais aplicando ao descarte incorreto de RSUs em bairros tanto da construção civil, industrial, hospitalares e domésticos na cidade de Pires do Rio (GO). Os procedimentos metodológicos a princípio se basearam em visitas aos bairros da cidade. Por fim de observar, como são feitos os descartes dos RSUs e a forma como são coletados. De forma a diagnosticar o seu destino de final. Analisando os possíveis riscos ambientais e urbanos em decorrência da falta ou inadiplência na execução das leis que vigoram em prol do manejo de RSUs sólidos no município. Após escolhermos dois bairros, ambos os bairros periféricos, no entanto, dotados de serviço de coleta de RSUs pela Prefeitura Municipal, os bairros foram Nadin Saud e Parque Santana.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O grande aumento na produção de RSUs e no desenvolvimento urbano acelerado tem sido uma preocupação de ordem mundial, devido à dificuldade encontrada pelos governantes de manter uma economia sustentável que reduza as consequências socioambientais (MONTEIRO e ZVEIBIL, 2001; ABRAMOVAY et. al., 2013). Dentre essas consequências encontradas atualmente, encontra-se a dificuldade da gestão de RSUs, pois aproximadamente 90% da população mundial se alimentam basicamente de produtos industrializados é por tanto geram um elevado percentual de “RSUs” a serem geridos pelos órgãos públicos (IBAM, 2007; ANDREOLI et. al., 2014).

No Brasil a falta de execução de uma gestão de RSUs sólidos efetiva, tem sido a causa de grandes problemas ambientais, afetando diretamente o meio ambiente (SILVEIRA e GERMANO, 2011). Segundo Pires (2015), o equacionamento destes problemas no país é verificado desde sua produção, coleta e disposição final. Evidenciando a necessidade da adoção de medidas adequadas para o seu gerenciamento, tendo em vista a prevenção e a minimização de danos aos recursos naturais, conforme proposto pela Política Nacional de RSUs Sólidos - PNRS, além da Política Nacional de Meio Ambiente (PINTO, 1999; SIQUEIRA e MORAES, 2009).

Benjamin (2008) e MMA (2012) destaca que a proteção do meio ambiente é não só dever dos governantes de um determinado país, mas também é tutelada a toda população. Essa responsabilidade civil compartilhada, conforme determinado pelo artigo 25 da Lei Federal n. 12.305 de 12 de agosto de 2010, destaca que para que haja uma conservação e preservação eficaz do ambiente, bem como da própria consolidação de normativas e medidas ambientais, a sociedade deve estar inserida em conjunto com seus representantes (CARDOSO, 2015.; GOUVEIA, 2014). Por outro lado na prática conforme defendido, por Braga e Dias (2008), em muitos os casos nem a sociedade e tão pouco as ações públicas brasileiras adotam e cumprem as leis ambientais promulgadas.

A maioria dos municípios Brasileiros apresenta em suas constituições uma série de regulamentos prevendo a diminuição dos danos de cunho ambiental, contudo na realidade visam apenas à reciclagem de alguns RSUs sólidos como papel, plástico e alumínio, deixando de lado sua verdadeira função, prevista pela lei federal, (TADA et. al., 2009.; POLAZ e TEIXEIRA, 2009). À medida que uma cidade vai se desenvolvendo, o consumo aumenta e também os amontoados de RSUs, o que leva a sociedade a ficar vulnerável a riscos ambientais.

Dessa forma, à medida que a sociedade se desenvolve, novos riscos são colocados em pauta, no entanto, qual seria a definição do que é risco? A resposta a esse questionamento será embasada nas Palavras de Veyret;

O risco, objeto social, define-se como a percepção do perigo, da catástrofe possível, {...} não há risco sem uma população ou indivíduo que o perceba e que poderia sofrer os seus efeitos. Correm-se riscos, que são assumidos, recusados, estimados, avaliados, calculados. O risco é a tradução de uma ameaça, de um perigo para aquele que está sujeito a ele e o percebe como tal (VEYRET, 2015, p.11).

Para a existência do risco, é necessária a vida, pois o próprio ato de viver é um ato de risco. Dentro desse contexto de riscos cotidianos, é possível classifica-los em algumas categorias, sendo elas; sociais, industriais, urbanos, naturais, ambientais. No presente trabalho será abordada a categoria risco urbano, que compete uma abordagem sobre as vulnerabilidades acarretadas pelo crescimento das cidades, pois conforme Ayach, Guimarães, Cappi, Ayach;

As cidades são consideradas como espaços hegemônicos de produção e de concentração com complexas infraestruturas, que constituem espaços onde a sociedade se encontra mais vulnerável a perdas de variados processos, ou, ainda, se transforma em espaço de riscos. Esse risco pode ocorrer em função da ocupação inadequada e de processos produtivos, tecnológicos, sociais e "naturais", que determinam situações de perdas (AYACH, GUIMARÃES, CAPPI, AYACH, 2012, P.49).

A construção das cidades em espaços não considerados seguros são resultados de um processo de explosão demográfica, logo após o período marcado pela Segunda Guerra Mundial. Além do aumento da população, houve um processo de migração campo-cidade. Onde os indivíduos enxergaram nas cidades um meio de melhoria de vida. No entanto, grande parte dessas não continha a infraestrutura necessária para abrigar essa população proveniente do campo. No entanto mesmo com o passar das décadas é perceptível que pouco foi feito em relação ao planejamento de algumas cidades.

Como dito por Veret (2015), o risco é desde sempre indissociável da política: tomar decisões concernentes à organização do território, a repartição dos bens. Os riscos são onipresentes para o indivíduo, para uma sociedade civil, para aqueles que tomam decisões. Os riscos urbanos a qual uma sociedade é exposta, muitas das vezes são resultados da administração pública de uma cidade. A título de exemplo, pode-se fazer referência sobre o manuseamento de RSUs sólidos realizado na cidade Pires do Rio (GO).

Pires do Rio (GO) é um município goiano que abriga uma população de 30.930 habitantes, sendo que 28.762 habitantes constituem a população urbana (IBGE, 2012). O município possui uma unidade territorial de 1.073, 360 Km² (IBGE, 2010). Localizada na região sudeste do Cerrado goiano, e podem-se perceber sérios problemas de impactos ambientais, resultantes principalmente da falta de planejamento urbano, problemas esses como: erosão, poluição de córregos, falta de rede de esgoto e coleta seletiva de RSUs. A concentração demográfica na cidade e o grande aumento do consumo de bens geram uma enorme quantidade de RSUs de todo tipo, procedentes tanto das residências como das atividades públicas e dos processos industriais. Todos esses materiais recebem a denominação de RSUs, e sua eliminação e possíveis reaproveitamentos são desafios ainda a ser vencido pelas sociedades modernas.

Por volta de 1950 começa a chegar a Pires do Rio (GO) às indústrias ou produtos industrializados, e com isso aumenta a produção diária de RSUs, com uma população de aproximadamente 5.000 mil habitantes, têm início a coleta diária de RSUs, pela prefeitura municipal. Há princípio a coleta era feito por tração animal, de forma simples, com o aumento da população, houve a necessidade de aprimorar

a coleta dos RSUs sólidos urbanos. Foram adquiridos tratores, caminhões, e a contratação de pessoal para realizar a coleta.

Atualmente o RSUs é coletado por pela prefeitura municipal, a qual realiza sua coleta nos períodos matutino, vespertino e noturno, em caminhões dotados com um sistema de prensa, a qual comprime os RSUs no interior da caçamba, dando assim lugar a nova deposição de nova carga de RSUs, o RSUs hospitalar são coletados em caminhões separados, com um sistema especial para receber os RSUs e levado para o lixão municipal, e como já citado antes os RSUs da construção civil é coletado por uma empresa privada.

3 CARACTERÍSTICAS E LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE PESQUISA

O município de Pires do Rio (GO) está localizado a 140 km da capital Goiânia, conforme o senso do IBGE, sua população em 2010 era de 28.691 habitantes. O bairro Nadin Saud (destaque em vermelho; figura 01), conhecido pela população Piresina como “bairro dos ciganos”, localiza – se a margem da rodovia GO – 030, se trata de uma área que se constituiu de invasões, principalmente por um grupo de ciganos, os quais ainda residem em barracas de lona. Para a cidade de Pires do Rio (GO), o bairro Nadin Saud só se constituiu há quinze (15) anos quando o município começou de fato a lotear terrenos naquela localidade. Neste contexto de descrição e localização, o Parque Santana (destaque em amarelo, figura 01), se constituiu a vinte cinco (25) anos, localizado a margem da rodovia GO – 020. Este bairro recebeu pavimentação e construção de casas populares em 2011.

Nota-se na figura 1, a privilegiada localização que Pires do Rio (GO) ocupa, sendo essa que a fez tornar um polo das cidades circunvizinhas. Pessoas advindas dessas cidades se dirigem para esta para fazerem suas compras de diversos tipos, e também obterem atendimento médico hospitalar.

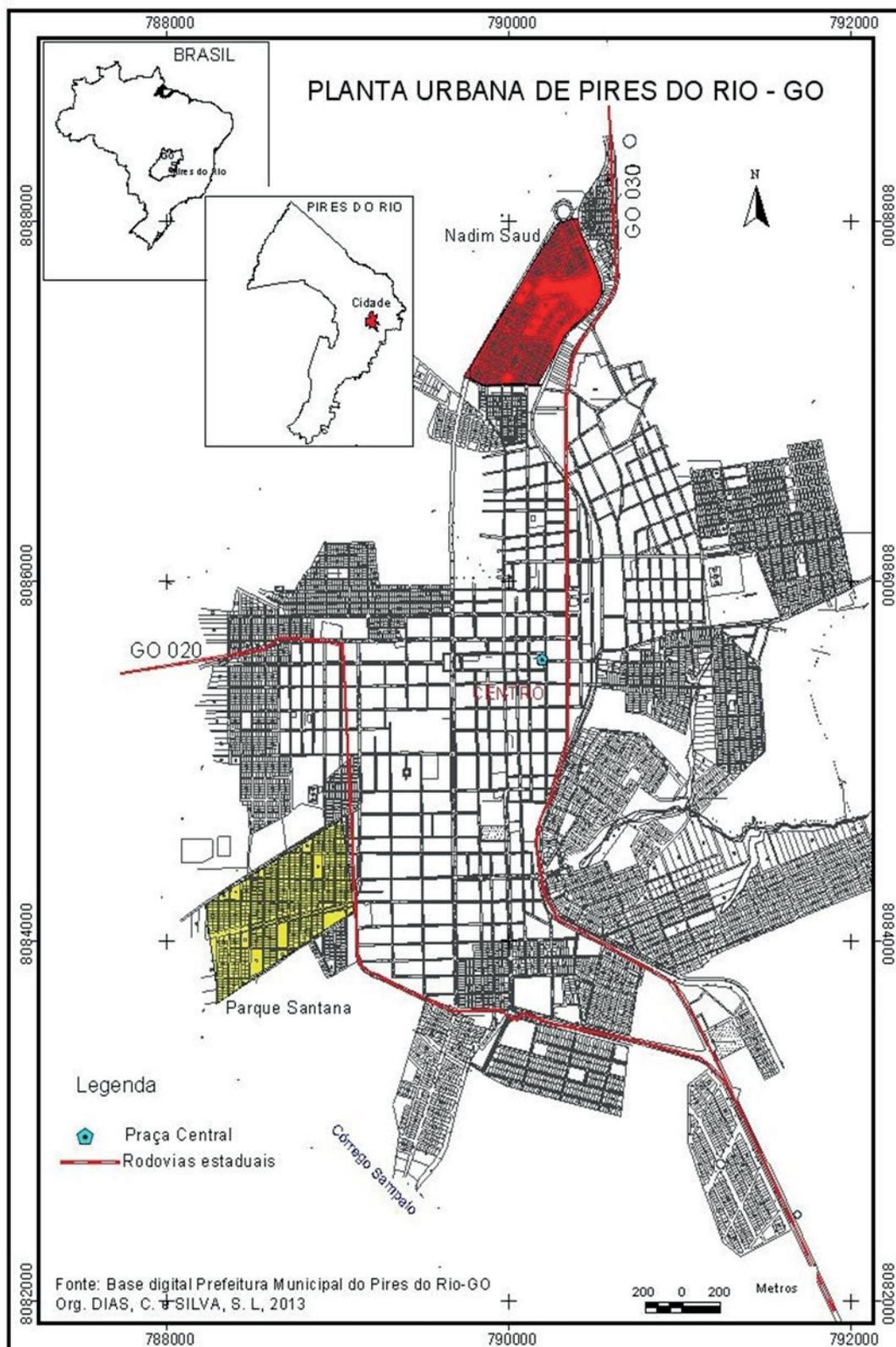


Figura 01 - Pires do Rio (GO), planta urbana do município com destaque nos bairros. Fonte: PM Pires do Rio GO

A cidade de Pires do Rio (GO) oferece um completo serviço de abastecimento de água, energia e tratamento de esgoto. No setor da saúde a cidade conta com clínicas particulares, hospital municipal e posto de primeiros atendimentos nos bairros (SFs). Na educação, temos escolas municipais, estaduais,

conveniadas e particulares, e quatro Instituições de Ensino Superior nas modalidades presenciais e a distância.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

À medida que foi realizado o levantamento de dados para a produção do presente trabalho, foi possível averiguar a quantidade de RSUs sólidos produzidos por certa parcela da população, de modo a constatar que esse mesmo material não recebe o tratamento adequado para o seu descarte final. Sendo assim riscos ambientais e urbanos são percebidos, como por exemplo, contaminação do solo, ar e subsolo. O que pode acarretar contaminação do lençol freático, proliferação de doenças e consequentes danos à saúde publicam.

Sem mensurar que um manejo adequado desses RSUs, seria possível grande parte de aproveitamento, de modo a reciclar, reaproveitar, reutilizar, contribuindo para a preservação do ambiente e poupando recursos naturais. Para que o exposto seja idealizado, é essencial que haja uma cobrança dos moradores em relação a instituição pública responsável pela coleta dos materiais que são descartados em suas moradias, com interesse em saber como é feito o descarte e possível reaproveitamento. Campanhas de conscientização para que a população tenha atives em lidar com os RSUs sólidos.

Por parte do poder municipal, criar as medidas necessárias para que os materiais descartados recebam o destino correto, não pondo em risco a população e o ambiente, trabalhando com todas as possíveis hipóteses de riscos. Pois a melhor maneira de lidar com áreas de riscos, é fato prevendo-as. O trabalho em conjunto da gestão pública com a população, pode sanar essa problemática, evitando possíveis danos maiores, como os já mencionados ao longo do trabalho.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A coleta e o tratamento dos RSUs, são necessidades básicas, fazem parte do essencial para a população que é o saneamento básico. Alternativas para destinação do RSUs, oriundo dos espaços urbanos, devem ser estudadas com intuito de diminuir as consequências que sua má disposição pode acarretar. São necessários meios que viabilizem estruturas de menor impacto ambiental e social, trazendo ganhos à sociedade, e consequentemente evitando riscos ambientais. Logo, a Geografia tendo como seu objeto de estudo os espaços geográficos, analisa de modo sistemático as relações existentes, de forma a compreender a sua organização, interação e reprodução do espaço, pois a sociedade é produto e a gente do espaço. Com base nisso será possível compreender a priori a importância da gestão de RSUs e os consequentes desdobramentos em benefício da população.

A população também pode contribuir para diminuir os impactos ambientais provocados pelos RSUs, uma vez que estes podem separar os resíduos produzidos em suas residências, objetivando a destinação final adequada para cada tipo de material produzido. A questão-chave é levar o cidadão a repensar seus valores e práticas, reduzindo o consumo exagerado e o desperdício. A coleta seletiva é uma das alternativas mais eficientes para reduzir o RSUs, além de ser uma forma de contribuir para

de riscos ambientais. Portanto, através de simples atitudes e mudanças de comportamento todos os habitantes podem colaborar para reduzir a produção de RSUs.

6. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1 ABRAMOVAY, A.; SPERANZA, J.S.; PETITGAND, C. RSUs zero: gestão de RSUs para uma sociedade mais próspera. São Paulo: Planeta sustentável: Instituto Ethos, 2013. 77P.

2 ANDREOLI, C.V.; ANDREOLI, F.N.; TRINDADE, T.V.; HOPPEN, C. RSUs sólidos: Origem, classificação e soluções para destinação final adequada. Coleção Agrinho, n.532, 2014. 22p.

3 BENJAMIN, A.H. O meio ambiente na constituição federal de 1988. Informativo Jurídico da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva, v.19, n.1, 2008.

4 BRAGA, M.C.B.; DIAS, N.C. Gestão de RSUs sólidos urbanos. Curitiba, v.1, 2008.40p. Brasil. Programa de Modernização do Setor Saneamento (PMSS). Instrumentos das políticas e da gestão dos serviços públicos de saneamento básico. Brasília: Ministério das Cidades e Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, v.1, (Lei Nacional de Saneamento Básico: perspectivas para as políticas e gestão dos serviços públicos), 2009. 239p.

5 BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de Agosto de 2010. Institui a Política Nacional de RSUs Sólidos; altera a Lei 9605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.

6 Brasil. Lei nº 9.605, de 12 de Fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

7 BRASIL. Ministério das Cidades. RSUs Sólidos: plano de gestão integrada de RSUs sólidos: guia do profissional em treinamento. Salvador: Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, ReCESA, 2008. 76 p.

8 BRASIL. Política nacional de RSUs sólidos,(Lei n. 12.305, de 2 de agosto de 2010). Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, Política nacional de RSUs sólidos, 2 ed., Série legislação, n. 81, 2012.

9 BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. 2013. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/producao-e-consumo-sustentavel/separe-o-rsus-e-acerte-na-lata>. Acesso em : 08 de Dezembro de 2016.

10 CALDERONI, S.Os bilhões perdidos no RSUs. São Paulo: Humanistas, 2 ed. 1998.

11 CARDOSO, W.H. A efetivação da politica nacional de RSUs sólidos (Lei n.12.305/2010) no estado de Rondônia. Cacoal/RO: UNIR, (Dissertação de graduação), 2015. 59f.

12 CARDOZO, M.C.; LIEBER, R.R.; DUTRA, C.A.M.; BALESTIERI, J.A.P. Medidas de segurança em veículos para coleta de RSUs urbano: Condições para manobra em ré. IN: XXV Encontro Nac. de Eng. de Produção: Porto Alegre, RS, Brasil, 2005. 8p.

13 CONAMA. Tratamento e a Disposição Final dos RSUs de Serviços de Saúde. Conselho Nacional De Meio Ambiente, Resolução 358, de 29 de abril de 2005, Diário Oficial da União, 2005.

14 GOUVEIA, N. RSUs sólidos urbanos: impactos socioambientais e perspectiva de manejo sustentável com inclusão social. Scielo, v.17, n.6, 2014.8p.

15 IBAM. Mecanismo de desenvolvimento limpo aplicado a RSUs sólidos: Gestão integrada de RSUs sólidos. IBAM: Ministerio do Meio Ambiente, 2007.44p.

16 IBGE. Pesquisa nacional de saneamento basico. IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2000. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv45.pdf>. Acesso em: 07 de Dezembro de 2016.

17 IBGE. Cidades. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. 2015. Disponível em: www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php. Acesso em: 20 de Dezembro de 2016.

A COMPREENSÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO ATRAVÉS DA VIVÊNCIA EM UMA AULA DE CAMPO: RELATO DE EXPERIÊNCIA COM OS DISCENTES DA ESCOLA ESTADUAL FERREIRA ITAJUBÁ

Maria Cristina Cavalcanti Araújo

Mário Jorge Ferreira da Silva

RESUMO

O presente resumo traz como foco a importância da vivência do trabalho de campo como recurso didático dentro da concepção e entendimento do espaço geográfico. Nesse sentido, possibilita a interação entre os conhecimentos teóricos e práticos, inserindo o discente na realidade e permitindo construir uma teia de conhecimento promovendo o processo de ensino-aprendizagem de maneira eficaz e eficiente. Esse trabalho tem por objetivo mostrar a importância da vivência prática, na aula de campo, com os discentes pertencentes ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), da Escola Ferreira Itajubá, com relação à compreensão do espaço geográfico do município de Ceará-Mirim. A opção por esta pesquisa, diz respeito à importância do docente promover mecanismos didáticos, que possibilitem o discente conhecer, tocar, viver e sentir a realidade do conhecimento teórico aprendido dentro da sala de aula. Além disso, é necessário enaltecer o PIBID, como forma de promoção deste aspecto didático em que consegue juntamente com o espaço escolar e seus componentes promoverem a abertura deste espaço de vivência de grande importância para a formação e compreensão do discente. A pesquisa se desenvolve em torno do projeto “Conhecendo e vivendo o espaço geográfico”, que é desenvolvida pelos bolsistas do PIBID na referida escola pública estadual. O projeto consiste em entender e conhecer o espaço geográfico de um determinado município do Rio Grande do Norte e a opção pela cidade de Ceará – Mirim é de cunho informacional, pois os discentes desconheciam sua existência e importância para o desenvolvimento histórico e econômico do Rio Grande do Norte. O projeto “Conhecendo e Vivendo o espaço geográfico” foi desenvolvido na Escola Estadual Ferreira Itajubá, um espaço escolar de grande importância para o bairro de Neópolis, com relação a sua qualidade de ensino, bem como para abertura do espaço escolar para projetos como o PIBID. A pesquisa se desenvolve no âmbito da disciplina de geografia, tendo como público-alvo os discentes do 1º ano do ensino médio, sendo os conteúdos de espaço geográfico, cartografia e regionalização como principais arcabouços para o desenvolvimento teórico da turma.

PALAVRAS-CHAVES: Espaço Geográfico. PIBID. Projeto. Conhecimento vivido. Aula de Campo.

ABSTRACT:

The present summary focuses on the importance of the experience of fieldwork as a didactic resource within the conception and understanding of geographic space. In this sense, it allows the interaction between theoretical and practical knowledge, inserting the student in reality and allowing to

build a web of knowledge promoting the teaching-learning process in an effective and efficient way. This work aims to show the importance of practical experience in the field class with the students belonging to the Institutional Program of the Initiation to Teaching Grant (PIBID) of the Ferreira Itajubá School, in relation to the understanding of the geographic space of the municipality of Ceará - Mirim. The option for this research, concerns the importance of the teacher to promote didactic mechanisms, that allow the student to know, touch, live and feel the reality of the theoretical knowledge learned within the classroom. In addition, it is necessary to extol the PIBID, as a way of promoting this didactic aspect in which, together with the school space and its components, they can promote the opening of this space of experience of great importance for the formation and understanding of the student. The research is developed around the project "Knowing and Living the Geographic Space", which is developed by PIBID grantees in the state public school. The project consists of understanding and knowing the geographic space of a certain municipality of Rio Grande do Norte and the option for the city of Ceará - Mirim is informational, since the students were unaware of its existence and importance for the historical and economic development of Rio Great Northern. The "Knowing and Living the Geographic Space" project was developed at the Ferreira Itajubá State School, a school space of great importance for the neighborhood of Neópolis, in relation to its quality of teaching, as well as to open the school space for projects such as PIBID . The research is developed within the scope of the geography discipline, having as target audience the students of the 1st year of high school, being the contents of geographic space, cartography and regionalization as main frameworks for the theoretical development of the class.

KEYWORDS: Geographic Space. PIBID Project. Living Knowledge. Field Classroom.

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa traz como foco a importância da vivência do trabalho de campo como recurso didático dentro da concepção e entendimento do sobre o espaço geográfico, nesse sentido, possibilita a interação entre os conhecimentos teóricos e práticos, inserindo o discente na realidade e permitindo construir uma teia de conhecimento promovendo o processo de ensino-aprendizagem de maneira eficaz e eficiente. Segundo Silva (2002), na prática andante de fazer Geografia, uma forma de aproximação da teoria com a prática e uma possibilidade de ação reflexiva na interface da teoria e da prática educacional.

Nesse trabalho tem-se por objetivo mostrar a importância da vivência prática, na aula de campo, com os discentes pertencentes ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), da Escola Ferreira Itajubá, com relação à compreensão do espaço geográfico do município de Ceará-Mirim. Como elenca Sales (2007, p. 157) a respeito do significado da realidade para a sala de aula.

Identificar o que é realmente significativo para o estudante, o que vai auxiliá-lo a situar-se no seu meio social, conhecendo e interpretando os fenômenos sociais, políticos e econômicos que regem a sociedade, são algumas reflexões possíveis para essa questão. É preciso ter clareza da realidade educacional brasileira, das suas tendências

no contexto atual, das perspectivas e necessidades que derivam desta realidade, e como isso reflete no nosso dia-a-dia como educadores na(s) nossa(s) escola(s).

A opção por esta pesquisa, diz respeito à importância do docente em promover mecanismos didáticos, que possibilitem o discente conhecer, tocar, viver e sentir a realidade do conhecimento teórico aprendido dentro da sala de aula. Além disso, é necessário enaltecer o PIBID, como forma de promoção deste aspecto didático em que consegue juntamente com o espaço escolar e seus componentes promoverem a abertura deste espaço de vivência de grande importância para a formação e compreensão do discente.

A pesquisa se desenvolve em torno do projeto “Conhecendo e vivendo o espaço geográfico”, que é desenvolvida pelos bolsistas do PIBID na referida escola pública estadual. Aqui, entende-se que, Do ponto de vista da geografia, “[...] esta é a perspectiva para se estudar o espaço: olhando em volta, percebendo o que existe, sabendo analisar as paisagens como o momento instantâneo de uma história que vai acontecendo”. (CALLAI, 2005, p.235).

O projeto consiste em entender e conhecer o espaço geográfico de um determinado município do Rio Grande do Norte e a opção pela cidade de Ceará – Mirim é de cunho informacional, pois os discentes desconheciam sua existência e importância para o desenvolvimento histórico e econômico do Rio Grande do Norte.

O PIBID torna-se importante para o desenvolvimento dessas ações, pois o projeto é desenvolvido por discentes do Curso de Licenciatura em Geografia, em processo de formação docente, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), onde suas ideias e criatividade trazem à tona meias e vieses para o docente da disciplina de geografia das escolas públicas. Além disso, é notório a sua importância para a formação do potencial docente dos bolsistas deste programa, pois estes conseguem estar dentro da realidade do professor e com estes criar novos meios que possibilitem o desenvolvimento do ensino-aprendizagem, entre a academia, o espaço escolar e o nosso principal público, os discentes da Escola Estadual Ferreira Itajubá.

2. METODOLOGIA

O projeto “Conhecendo e Vivendo o espaço geográfico” foi desenvolvido na Escola Estadual Ferreira Itajubá, um espaço escolar de grande importância para o bairro de Neópolis, com relação a sua qualidade de ensino, bem como para abertura do espaço escolar para projetos como o PIBID. Segundo Passoni et al., (2012): “O programa tem por finalidade valorizar o profissional do magistério e apoiar a formação dos estudantes dos cursos de licenciatura plena das instituições públicas de ensino superior”.

A pesquisa se desenvolve no âmbito da disciplina de geografia, tendo como público-alvo os discentes do 1º ano do ensino médio, sendo os conteúdos de espaço geográfico, cartografia e regionalização como principais arcabouços para o desenvolvimento teórico da turma. A partir disto, o projeto surge dentro de uma aula teórica expositiva e prática, sobre um município da Região Metropolitana de Natal.

Ceará-Mirim foi o mais citado, porém apresentava por parte dos discentes poucos conhecimentos acerca desta cidade, além disso, surgem as principais indagações, onde fica e qual sua importância, seu processo de regionalização histórico social, bem como seu contexto atual para a região metropolitana de Natal, foram respondidas a partir de um trabalho desenvolvido em sala.

Conforme coloca Sales (2007, p.160) no que tange a importância do conhecimento prévio do educando para o ambiente escolar.

No entanto, o modo de fazer, pensar e ensinar uma ciência tem estreita relação com as demandas históricas. O saber geográfico existe desde a pré-história, quando os homens apenas marcavam os caminhos e projetavam seus desenhos em pinturas rupestres, elaborando só primeiros mapas. Dessa forma, há um entendimento de que o saber geográfico antecede a escrita, considerando, também, a transmissão de informações geográficas passadas de geração para geração.

O projeto apresenta como teoria pedagógica o construtivismo, ou seja, o processo de construção didática a partir do senso comum do educando, em que é possível a partir dos seus conhecimentos prévios criarem novas possibilidades e novas formas de conhecimento. O projeto parte do princípio, que o discente apresenta algum conhecimento acerca do município de Ceará-Mirim, a partir desta problematização, o projeto se desenvolve em primeira instância com os bolsistas em uma aula teórica expositiva, acerca do local estudado, de forma que possibilitassem o entendimento do espaço geográfico, suas dimensões territoriais, localização e aspectos históricos, econômicos, políticos e sociais. Conforme Burchard e Sartori (2011, p.83) o PIBID consegue ser uma grande base para o professor e na possibilidade de novas ferramentas.

O PIBID tem o desafio de viabilizar uma forma de democratizar o saber que se produz na escola, tanto pelos educandos como pelos educadores, bem como aquele que é produzido na Universidade pelos bolsistas, o bolsista deve buscar formas alternativas para o melhor entendimento do alunado em questão, ajudando ao professor supervisor atuante no ensino médio a encontrar caminhos mais simples para o melhor entendimento dos alunos.

Partindo desse pressuposto, a pesquisa foi desenvolvida sob a orientação de cada bolsista e, a partir disto, desenvolver ferramentas didáticas para sua explanação, que ocorreria durante a aula de campo, cujas principais formas de exposição foram, folders, croquis e fotografias. Os grupos e seus supervisores teriam um prazo de quinze dias para sua elaboração, construção e apresentação.

A explanação se daria durante a aula de campo no município de Ceará – Mirim. Teria como local base à estação ferroviária da Ribeira, local de grande importância para o desenvolvimento econômico da cidade de Natal, sua posterior viagem de trem até o município referido, além disso, durante todo o percurso que foi acompanhado por um guia, a turma fazia anotações que em seguida serviriam para a elaboração de seus trabalhos, já citados acima. Conforme elenca Freire (1996, p.26), “não apenas o de ensinar os conteúdos, mas também ensinar a pensar certo”. E os bolsistas é o fio condutor nesse processo entre o conhecimento empírico do discente e sua sistematização durante o percurso na cidade de Ceará-Mirim.

Durante o percurso guiado, os alunos entraram de maneira plena na história do Rio Grande do Norte e, conseqüentemente, na produção do espaço geográfico do município, percebendo a ligação dos períodos áureos da cana de açúcar, com os imensos engenhos que hoje são patrimônio histórico brasileiro. Tiveram oportunidade, ainda, de conhecer a hidrografia local, o Rio Ceará-Mirim, como fator preponderante para o desenvolvimento da produção agrícola da região. Por fim, visitaram também, monumentos históricos do município, tais como a Igreja Matriz, o Mercado Público, a Prefeitura e dentre outros.

3 RESULTADOS

1. O projeto visava que os discentes, teriam que compreender de maneira lógica, cronológica como se deu o processo de transformação do espaço geográfico, neste caso, a cidade de Ceará-Mirim como local de mudanças e alterações no espaço ao longo dos séculos, bem como, a partir da visão destes desenvolver metodologias de exposição com o intuito de compreender os diferentes eixos temáticos que o projeto propõe.
2. Ao longo da aula de campo, realizada em pontos previamente determinado no plano de aula os grupos, juntamente com seus supervisores bolsistas do PIBID, iam explanando para todos, sendo que cada um de maneira criativa, ou seja, foi possível mostrar a compreensão do espaço geográfico de diferentes formas, concepções e vieses, todos estes a partir da visão do educando.
3. O projeto “Conhecendo e vivendo o espaço geográfico” conseguiu chegar ao seu objetivo proposto que é novas formas de compreender um determinado espaço de transformações sociais, econômicas, políticas, históricas de diferentes maneiras. Porém a partir da visão, do olhar do educando, pois ele é o início e o fim no processo do ensino-aprendizagem. Vale ressaltar o quando foi possível ver o interesse e as interpelações entre todos os eixos propostos, como por exemplo, foi possível unir à importância a linha ferroviária que foi explanada pelo o grupo temático sobre “fatores históricos” e notar sua importância para o desenvolvimento econômico da cidade, bem como, um fator preponderando no apogeu das migrações pendulares diárias para a capital Natal.
4. Em suma, o projeto conseguiu chegar à proposta elencada, que vai muito além da descrição do espaço, do simples passeio, ou do conhecimento apreendido na sala de aula. Mais que isso, entende-se que fez e faz parte de um conjunto de fatores que contribuiu para que os discentes possam desenvolver uma visão crítica, um olhar novo sobre a produção do espaço geográfico, onde o antigo e o novo coexistem, sem explicam e se conflitam.
5. Entende-se que o contribuiu para o entendimento que o passado traz ensinamentos e compressões vitais para o futuro, que nada se desenvolveu de maneira rápida, mas sim, lento e gradual, e que vários acontecimentos históricos contribuíram para a transformação do espaço geográfico da cidade.

4 CONCLUSÕES

O projeto promoveu experiência para o corpo docente e para o discente, que em linhas gerais, para a formação dos bolsistas que compõe o PIBID foi bastante proveitoso, pois nós conseguimos alcançar as metas estabelecidas previamente, ou seja, o aprendizado do corpo discente de maneira eficaz, promovendo também a integração da turma, bem como aproximação dos conteúdos ministrados com a realidade.

A convivência com os alunos, como também, o aprendizado sobre uma das maiores e mais influentes cidades do RN, faz com que esse projeto seja gratificante. Desse modo, percebemos as dificuldades que os professores enfrentam, no seu dia-a-dia, que são bem maiores quando se refere às aulas de campo. Mesmo assim, entendemos que a profissão de professor é e pode ser magnífica, em especial quando se fala de uma disciplina como a geografia que pode possibilitar a criação de laços de grande apreço, permitindo o maior crescimento crítico do aluno e o alargamento de suas convicções.

5 REFERÊNCIAS

- 1 BURCHARD, C. P.; SARTORI, J. Formação de professores de ciências: refletindo sobre as ações do PIBID na escola. 2º Seminário sobre Interação Universidade/Escola. 2º Seminário sobre Impactos de Políticas Educacionais nas Redes Escolares. 31 ago., 11 a 03. Set./11 - UFSM - Santa Maria – RS.
- 2 CALLAI, Helena Copetti. Aprendendo a ler o mundo: a geografia nos anos iniciais do ensino fundamental. Cad. Cedes, Campinas, vol. 25, n. 66, p. 227-247, maio/ago. 2005 Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br> Acessado em 20 de julho de 2010.
- 3 FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia - saberes necessários a prática educativa, Paz e Terra, 1996.
- 4 PASSONI, L. C.; VEGA, M. R.; GIACOMINI, R.; BARRETO, A. M. P.; SOARES, J. dos S. C.; CRESPO, L. C.; NEY, M. R. G. Relatos de Experiências do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência no Curso de Licenciatura em Química da Universidade Estadual do Norte Fluminense. Química Nova na Escola. Vol. 34, N° 4, p. 201-209, 2012.
- 5 SALES, Marcea Andrade. Estudos em Geografia: um desafio para licenciando em Pedagogia. Terra Livre. Presidente Prudente. Ano 23, v,1 n.28. p. 149-162 jan-jun/2007
- 6 SILVA, Ana Maria Radaelli da. Trabalho de Campo: prática andante de fazer Geografia. GEOUERJ: UERJ, Rio de Janeiro, n° 11, p. 61-74, 1/2002.

GÊNERO, DIVERSIDADE SEXUAL E LGBTFOBIA NA ESCOLA

Maria Cristina Cavalcanti de Araújo

Jeam Claude de Souza Gomes

RESUMO:

O presente artigo tem como objetivo expor como se concebe as relações da diversidade sexual e de gênero trazendo também o tema LGBTfobia na escola. O mesmo trará uma reflexão conceitual acerca da temática na escola, bem como expor os principais paradigmas que impedem a consolidação da temática no currículo das escolas. Como procedimentos metodológicos o trabalho foi construído por meio de pesquisa bibliográfica em obras, artigos e anais correlacionados a temática. O trabalho se justifica pela necessidade de estudos ligados à temática de gênero e da população LGBT no que tange o processo da igualdade e liberdade de expressão, além disso, é necessário enaltecer estudos que tenham ligados ao tema, pois é extrema importância no âmbito acadêmico e no processo de formação docente. Como conclusão final o que se pode constata é que há um retrocesso nas discussões relacionadas à diversidade sexual e gênero na escola, bem como o aumento da LGBTFOBIA nas escolas.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero. Diversidade Sexual. Escola.

ABSTRACT:

The objective of this article is to show how the sexual and gender diversity relations are conceived, also bringing the LGBTophobia theme to school. The same will bring a conceptual reflection about the theme in the school, as well as expose the main paradigms that prevent the consolidation of the theme in the curriculum of the schools. As methodological procedures the work was constructed by means of bibliographical research in works, articles and annals correlated to thematic. The work is justified by the need for studies related to the theme of gender and the LGBT population in what concerns the process of equality and freedom of expression, in addition, it is necessary to extol studies that have linked to the subject, since it is extremely important in the academic and in the process of teacher training. As a final conclusion what can be observed is that there is a setback in the discussions related to sexual diversity and gender in school, as well as the increase of LGBTFOBIA in schools.

KEYWORDS: Gender. Sexual Diversity. School.

1 INTRODUÇÃO

REFLEXÃO CONCEITUAL ACERCA DA DIVERSIDADE SEXUAL E GÊNERO

Pretende-se aqui apresentar os conceitos e discussões teóricos acerca de gênero e diversidade sexual onde os mesmos serão fundamentais para compreensão das relações do campo com a diversidade sexual.

Quando falamos em diversidade sexual devemos refletir como um termo usado para caracterizar toda a diversidade de sexos, identidade de gênero e orientações sexuais onde não é preciso deixar

explícito cada uma das identidades que definem a pluralidade. Junqueira (2009) ao explicar diversidade desmistifica lugares comuns, estereótipos e preconceitos. Ela nos faz avançar criticamente em relação a nós mesmos.

Nesse mesmo contexto Junqueira (2009) ao tratar a diversidade sexual afirma:

Ainda que a questão da diversidade sexual faça menção a um conjunto dinâmico, plural e múltiplo de práticas a qual estão intimamente relacionadas a vivências, prazeres e desejos sexuais, vinculados a processos que se (re) configuram por meio de representações, manifestações e afirmações indenitárias, geralmente objetivadas termos de identidades, preferências, orientações e expressões sexuais e de gênero. (JUNQUEIRA, 2009, p.10).

Dessa forma é importante notar que a diversidade sexual está associada também as questões de gênero, bem como as mais variadas possibilidades de orientação sexual, como: gays, lésbicas bissexuais, travestis, transexuais e transgênicos. Em relação ao gênero podemos relacionar o tema aos diferentes papéis sociais para homens e mulheres, Louros (1997), concebe os conceitos gênero no plural em uma de suas obras, faz uma leitura histórica da educação sob a perspectiva de gênero, explicita que o gênero se trata de uma construção social e histórica de sujeitos femininos e masculinos. Já Para Joan Scott (1995) o mesmo defini o gênero afirmando que:

Minha definição de gênero tem duas partes e dois subconjuntos, que estão inter-relacionados, mas devem ser analiticamente diferenciados. O núcleo definição repousa numa conexão integral entre duas proposições: (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações entre os sexos. (SCOTT, 1995, p.86).

Sendo assim, o gênero pode ser caracterizado como um fator relacionado à convivência social, construído culturalmente, ancorado nos discursos das diferenças biológicas entre os sexos. Como afirma Meyer (2010):

As abordagens feministas pós-estruturalistas se afastam daquelas vertentes que tratam o corpo como uma entidade biológica universal (apresentada 203 como origem das diferenças entre homens e mulheres, ou como superfícies sobre a qual a cultura opera para produzir desigualdades) para teorizá-lo como construto sociocultural e linguístico, produto e efeito de relações de poder. Nesse contexto, o conceito de gênero passa a englobar todas as formas de construção social, cultural e linguística implicadas com os processos que diferenciam mulheres de homens, incluindo aqueles processos que incluem seus corpos, distinguindo-os e separando-os como corpos dotados de sexo, gênero e sexualidade. (MEYER, 2010, p. 16).

Desta forma temos que destaca que a questão do gênero e diversidade sexual tem estado presente nas relações de desigualdade e preconceito, onde uma grande parcela da sociedade está sujeita aos velhos discursos onde a figura masculina, sempre caracterizada, como o forte dominante dando-lhe poderes ao mundo enquanto e a mulher, restou-lhe a inferiorização.

Para ela, o aprisionamento do lar, a funções estritamente reprodutivas e domésticas. Vale salientar também a alienação acerca da identidade de gênero onde há apenas duas nomenclaturas onde segundo o conservadorismo homem nasce homem e mulher nasce mulher deixando explícito que não existe possibilidades para escolha de gênero e orientação sexual.

2 DEFININDO A LGBTFOBIA

Ao falar em diversidade sexual e questões de gênero é importante ressaltar os estudos e discussões acerca da população LGBT que segundo Jesus (2012) caracteriza o termo (LGBT) como Acrônimo de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Dessa maneira estes conceitos estão diretamente relacionados à identidade de gênero onde há a quebra da dicotomia de que existem apenas os conceitos de Homem e Mulher termos usados para diferenciação de gênero. Em relação à LGBTFOBIA é caracterizada como qualquer preconceito, aversão, violência, física e verbal aos membros da comunidade LGBT.

As estatísticas que envolvem as pessoas LGBTs são desestimulantes, pois, segundo a Rede Trans (2016), em todo o país, foram contabilizados, só em 2016, cerca de 143 assassinatos, 52 tentativas de assassinatos, 12 casos de suicídios e 54 violações a direitos humanos, violências estas quase sempre ocultadas pela mídia e negligenciada pelos governos municipais, estaduais e federal. Segundo o Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil, de 2012, "o homicídio é apenas uma das violências entre uma constelação de outras consideradas 'menores', como discriminações e agressões verbais e físicas dos mais variados tipos". Para a Organização Mundial da Saúde ao falar sobre a violência contra LGBT, S afirma que:

A violência apresenta-se estruturada sobre quatro categorias de violência sendo elas, as físicas, correspondentes a toda manifestação com o objetivo de ferir; violência psicológica, caracterizada pela humilhação, desrespeito, rejeição, entre outros; violência sexual, quando o agressor abusa de seu poder sobre a vítima na obtenção da gratificação sexual, sem o consentimento da vítima; e negligência, que é a omissão do responsável em proporcionar as necessidades básicas de seu dependente. (CABRAL et al, 2013, p. 122).

No entanto, só ganha certa relevância na mídia quando envolve assassinato e, mesmo assim, nem sempre tipificado como violência contra gênero ou LGBTfobia.

2.1 LGBTFOBIA NA ESCOLA, ONDE VAMOS PARAR?

No Brasil desde a constituição de 1988 sabe-se que a educação é um direito de todos e todas, dessa maneira não pode haver exclusão ou seletividade por parte da gestão escola ou corpo docente. É de fundamental importância que a escola seja um ambiente onde prevaleça a igualdade entre educandos e que a mesma desenvolva ações e projetos que visem o estímulo da igualdade e do respeito às diferenças.

No país quando tratamos de assuntos ligados a gênero e diversidade sexuais o que se tem é uma triste realidade onde no presente ano o ministério da educação retira o termo orientação sexual da versão final da base curricular, dessa forma torna-se inviável as discussões que envolvem gênero e diversidade sexual na escola. Dessa maneira haverá maior exclusão ou uma inclusão excludente maior evasão escolar e negação de direitos.

Ao falar sobre as questões de gênero e orientação sexual na escola Althusser (1970) afirma que a partir do momento a escola atua como aparelhos ideológicos do Estado ela populariza suas ideias oriundas de uma classe dominante, reprime mesmo que de forma implícita ideias contrárias, dissimulando métodos 'educativos' excludentes. Dessa forma compreende-se que a escola é um espaço de todos, sendo assim deve estar sempre aberta ao diálogo, incitando o pensamento crítico e a reflexão sobre a realidade social na qual está inserida, como uma comunidade democrática deve agregar a todos os setores sociais nas mais diversas discussões. Evitar tratar com educandos sobre temas que envolvam gênero, LGBTfobia entre outros uma é institucionalizar o preconceito, independentemente da percepção ou da existência de casos dentro das instituições, omitir estas discussões é fortalecer a ignorância e preservar o preconceito além de perpetuar a invisibilidade. Dessa forma Louro afirma:

Ao não falar a respeito deles e delas, talvez se pretenda eliminá-los, ou, pelo menos, se pretenda evitar que os alunos e as alunas 'normais' os/as conheçam e possam desejá-los/as. Aqui, o silenciamento – a ausência da fala – aparece como uma espécie de garantia da 'norma'. (LOURO, 1997, p. 67). As instituições de ensino têm se tornado um ambiente onde os casos de LGBTfobia tem crescido a cada segundo, dentre essas práticas as mais comuns são xingar, ameaçar, amedrontar, intimidar, humilhar, hostilizar, ofender, excluir, difamar, assediar, abusar, gritar, bater, chutar, empurrar, perseguir, violentar, apelidar, furtar ou danificar particulares de pessoas LGBTs ou entendidas como tal. (TEIXEIRA, 2011, p. 26-27).

Segundo pesquisa amostral registrada no relatório realizado pela Secretaria de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – (ABGLT) que realizou entrevista com adolescentes e jovens LGBTs, constatou-se que 68% já foram agredidos/as verbalmente na escola por causa de sua identidade/expressão de gênero e que 25% foram agredidos/as fisicamente na escola por causa de sua identidade/expressão de gênero e 56% dos/das estudantes LGBT foram assediados/as sexualmente na escola.

Diante desse quadro e de fundamental importância que os movimentos LGBTs desenvolvam e reivindiquem ações junto ao Estado bem como políticas públicas de enfrentamento a LGBTfobia, em especial no ambiente escolar, onde o jovem LGBT infelizmente se depara com as primeiras situações de preconceito fora do espaço familiar e da comunidade em que está inserido o que ocasiona vários danos, entre eles, afetar diretamente os processos de aprendizagem e convívio social.

É importante diferenciar uma possível distinção entre o que é violência e brincadeiras típicas da adolescência. Neste sentido, Dan Olweus em seus estudos afirmar: que os critérios estabelecidos constituem: ações reiteradas em depreciação da mesma pessoa num longo período de tempo; desproporção de poder entre agressor e agredido; e ausência de causa ou motivação aparente que expliquem as agressões (apud FANTE; PEDRA, 2008).

Dessa forma quando há caso de violência na instituição educacional, é importante que os professores, funcionários da instituição saibam lidar com esses problemas com êxito fazendo com o aluno sintam-se acolhido e aceito, visto que muitas vezes na própria casa o discente sofre com essas situações de violência. Mas, nem sempre à vontade por parte do estudante para denunciar tais situações para a gestão da escola devido a uma série de fatores como, vergonha, confiança, medo, ou por temer represálias por parte dos agressores e até mesmo uma possível exposição do assunto dentro da escola. A partir desse contexto é notório que padrão heteronormativo onde homem nasce homem e mulher nasce mulher estabelece no chão da escola um ambiente de repulsa às diferenças evidenciando atos de violência contra a comunidade LGBTs como uma autoafirmação por parte dos indivíduos que tendo por base estereótipos de gênero que estabelecem cada vez, mas um comportamento agressivo. Dentro deste contexto, Dinis ao falar sobre LGBTfobia na escola:

[...] essa ignorância sobre o tema, assim como a presunção assumida por professoras/es de que a escola só deva discutir assuntos universais, sendo somente a norma da heterossexualidade concebida como o natural e universal, exclui a sexualidade de estudantes LGBTTs e faz com que a diversidade sexual e de gênero seja um tema excluído do currículo, mesmo das aulas de educação sexual. (DINIS, 2011, p.47).

Depreende-se que é de fundamental importância que as instituições educacionais previnam e banalizem toda e qualquer forma de discriminação dentro de um ciclo de diálogo entre professores, diretores, pais e alunos acerca da diversidade sexual, que a escola seja um ambiente de inclusão através da informação e do respeito onde às barreiras do silêncio sejam quebradas e que as denúncias possam ser resolvidas gerando assim um espaço saudável para o desenvolvimento de práticas educacionais que favoreçam para uma formação digna para todos os educandos.

3 CONCLUSÃO

Em suma, constatou-se ao longo da construção do presente trabalho que as discursões acerca de gênero e diversidade sexual na escola têm diminuído cada vez, mas gerando o aumento exacerbado do preconceito e discriminação de alunos LGBTs. Desta forma entende-se que a LGBTfobia na escola só será combatida quando se existir um diálogo entre governantes e instituições de ensino visando atender as principais demandas da população LGBT, que surgem também de modo frequente nos espaços educacionais formais e informais, mas que muito raramente são atendidas, em razão do desinteresse das autoridades educacionais. Assim, é fundamental que políticas públicas sejam implementadas nas

escolas, garantindo a todos os adolescentes e jovens o direito a uma educação sexual que preze a igualdade sexual de forma a emancipar o aluno LGBT.

4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos do estado. 3. ed. Lisboa: Presença.
- 2 DINIS, N. F. Homofobia e educação: quando a omissão também é signo de violência. Educar em
- 3 Revista, Curitiba, n.39, p. 39-50, jan./abr. 2011. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/er/n39/n39a04>> . Acesso em: 30 ago. 2017
- 4 FANTE, C.; PEDRA, J. A. Bullying escolar: perguntas & respostas. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- 5 JUNQUEIRA, R. D. Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas.
6Disponível em: < http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v01n01art07_junqueira.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2017.
- 7 LOURO, G. L. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.
- 8 TEIXEIRA, G. Manual antibullying: para alunos, pais e professores. Rio de Janeiro: BestSeller, 2011.

O IMPACTO DA ENERGIA EÓLICA NO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO DOS MUNICÍPIOS DE JOÃO CÂMARA, PARAIZINHO E GUAMARÉ NO RIO GRANDE DO NORTE

George Luiz Carneiro Dantas

Maria Cristina Cavalcante Araújo

RESUMO:

O Rio Grande do Norte tem o maior potencial eólico do Nordeste, o que o insere no conjunto de prioridades da geração elétrica estabelecidas pelo modo “limpo”, de desenvolvimento. Nos municípios de João Câmara, Parazinho e Guamaré, grandes produtores de energia eólica, o impacto gerado com o aproveitamento dos ventos não tem reduzido à pobreza, pois os empregos e renda gerados pelos empreendimentos eólicos em seus territórios se concentram no período de instalações dos Parques Eólicos. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho, desenvolvido pelo bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Campus Natal Central, junto com a Professora Doutora de Geografia do Campus Natal Central, Maria Cristina Cavalcanti Araújo, é discutir os fatores que constituem obstáculos ao desenvolvimento, nos municípios potiguares de João Câmara, Parazinho e Guamaré, e os tornam mais vulneráveis socialmente e economicamente. Nossa pesquisa é de caráter bibliográfico, mas também inserimos dados oficiais relacionados à problemática que envolve energia e indicadores socioeconômicos. Por fim, nosso artigo apresenta um panorama da energia renovável produzida e os obstáculos que impedem o desenvolvimento nos municípios potiguares investigados.

PALAVRAS-CHAVE: Energia eólica. Pobreza. Impacto.

ABSTRACT:

Rio Grande do Norte has the highest wind potential in the Northeast, which inserts it into the set of priorities of the electricity generation established by the “clean” mode of development. In the municipalities of João Câmara, Parazinho and Guamaré, large producers of wind energy, the impact generated by harnessing the winds has not reduced poverty, because the jobs and income generated by wind farms in their territories are concentrated in the wind farms facility period. In this sense, the objective of this work, developed by the scholar of the Programa Institucional de Iniciação a Docência – Pibid of the Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Campus Natal Central, together with the Doctor Professor of Geography of the Campus Natal Central, Maria Cristina Cavalcanti Araújo, is to discuss the factors that constitute obstacles to development, in the municipalities of João Câmara, Parazinho and Guamaré, and make them more socially and economically vulnerable. Our research is of bibliographical character, but we also insert official data related to the problematic that involves energy and socio-economic indicators. Finally, our article presents an overview of the renewable energy produced and the obstacles that impede development in the Potiguares municipalities investigated.

KEYWORDS: Wind Energy, Poverty, Impact.

1 INTRODUÇÃO

As energias renováveis estão associadas à sustentabilidade ambiental e garantia de bem-estar humano e desenvolvimento econômico. As fontes renováveis viáveis ambientalmente têm se expandido em todo o mundo e ganhado força. No que tange ao Brasil, essas fontes renováveis de energia estão atreladas a geração de eletricidade. De fato, a energia eólica vem ocupando lugar de destaque no cenário nacional e o Rio Grande do Norte participa como principal produtor de energia elétrica por fonte eólica no país, de acordo com o Ministério de Minas e Energia (2015). Pois, o vento é abundante fonte de energia renovável, limpa, disponível e associa-se ao desenvolvimento sustentável.

O Rio Grande do Norte está em uma situação privilegiada, no que se refere à produção de energia eólica, uma vez que os ventos nessa região possuem velocidade adequada para a geração de energia. Além disso, segundo a Companhia Energética do Rio Grande do Norte (COSERN), as regiões Litorâneas e a do Mato Grande registram ventos com velocidade média anual superior a 8,5 m/s a 100 metros de altura. Portanto, esse condicionante ambiental justifica a concentração de empreendimentos eólicos e o maior volume negociado de energia. Conforme a Agência Reguladora de Serviços Públicos (ARSEP), o Rio Grande do Norte, tem mais de 70 parques eólicos em operação, 31 em construção e 67 com autorização para serem iniciados. Destacam-se entre os produtores de energia, os municípios de João Câmara, Guamaré e Parazinho.

Nas sedes municipais citadas têm ocorrido significativas mudanças no setor de comércio e serviços, ditando uma nova dinâmica socioespacial no âmbito da reestruturação econômica, resultado da globalização, que tem tornado tudo viável ao enraizamento dos grandes capitais (SANTOS E SILVEIRA et al., 2001). Contudo, o desenvolvimento energético desses pequenos municípios do Estado não tem sido a garantia da redução de pobreza, pois os impactos positivos como aumento da renda e dos empregos concentram-se no período de instalações dos Parques Eólicos, quando as empresas ofertam ocupações temporárias, ao absorverem mão de obra local nos trabalhos braçais. De acordo com Tolmasquim et al. (2016), uma nova dinâmica pode interferir na organização sociocultural já estabelecida no local, trazendo novos elementos e, eventualmente, desestabilizando os vínculos identitários.

Nesse sentido, a construção de uma sociedade sustentável, almejada no mundo atual, se torna inalcançável nos pequenos municípios que compõem o objeto de reflexão deste trabalho. Pois, para a construção de uma sociedade sustentável é necessário definir propósitos comuns fundamentados na ética, justiça e equidade (VECCHIA et al., 2010). Então, o Estado, instituições, empresas, pessoas, dentre outros organismos devem voltar-se para resolução de particularidades locais e territoriais baseada na igualdade social, econômica e política sobre os recursos naturais, afim de que os serviços de energia mudem as condições das regiões que vivem em situações de pobreza, fenômeno socioespacial que persiste nos municípios analisados.

Nesse contexto, o objetivo deste trabalho, desenvolvido pelo bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Campus Natal Central, junto com a Professora Doutora de Geografia do Campus Natal Central,

Maria Cristina Cavalcanti Araújo, é discutir os fatores que constituem obstáculos ao desenvolvimento, nos municípios potiguares de João Câmara, Parazinho e Guamaré, e os tornam mais vulneráveis socialmente e economicamente, apesar da produção da energia renovável está presente em seus territórios.

A pesquisa possui caráter exploratório evidenciado em Gil et al. (2002), como de maior familiaridade com o problema, cujo objetivo é torna-lo mais explícito e em geral envolve levantamento bibliográfico. Em relação a natureza dos dados, o trabalho apresenta dados quantitativos sobre aspectos da temática investigada que resulta em uma análise qualitativa.

Foram adotados para a construção deste artigo procedimentos teórico-metodológicos, como a pesquisa bibliográfica e levantamento de dados. “A pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema” (MARCONI; LAKATOS, et al., 2003). Além da pesquisa bibliográfica inserimos dados oficiais relacionados à problemática que envolve energia e indicadores socioeconômicos, para fins de análises do quadro de pobreza nos municípios que compõem o objeto do trabalho. Para enriquecer o estudo, consideramos o conceito de energia renovável, resultando, assim, na efetivação de resultados e discussões a respeito da relação energia eólica e desenvolvimento.

2 A SITUAÇÃO DO RIO GRANDE DO NORTE NO CENÁRIO EÓLICO NACIONAL E A RELAÇÃO ENERGIA E POBREZA

O Brasil apresenta situação privilegiada em nível mundial na utilização de energia renovável. Quanto à fonte eólica, tem significativo aumento decorrente tanto dos custos competitivos, quanto dos incentivos governamentais garantidos pelo Programa de Incentivo as Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA, criado com o objetivo de diversificar a matriz energética brasileira para aumentar a segurança no abastecimento de energia elétrica. Seu peso na matriz energética deverá alcançar 44,7% em 2030. E, na região Nordeste, o programa teve papel fundamental na viabilização do setor eólico no mercado do país, através dos primeiros leilões de energia eólica, em 2009.

No Nordeste, o Rio Grande do Norte obtém destaque, pois é considerada a área de maior potencial eólico. Está inserido no conjunto de prioridades de geração elétrica estabelecidas pelo modo “limpo”, de desenvolvimento, visto como um processo de mudança com fim na melhoria das condições sociais e econômicas, sem comprometimento das condições ambientais (VECCHIA et al., 2010). De fato, é promissora a evolução do setor eólico no estado do Rio Grande do Norte. É o maior produtor de energia eólica no país, tendo alcançado em 2013 a capacidade instalada de 1.339,2 MW, com expectativa de crescimento para 3.654 MW até 2018. Dados da Agência de energia elétrica - ANEEL confirmam que já em 2014 o estado passou a ocupar o primeiro lugar no ranking nacional como produtor de energia eólica. E também, o Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES liberou um crédito de R\$ 1,8 bilhão para a instalação de novos parques, representando ganho na matriz energética brasileira.

Por ser uma forma de energia limpa e renovável, a eólica vem sendo utilizada próximo aos centros de consumo, trazendo consigo uma série de vantagens dentre as quais destacamos: a redução de custos

de transmissão de energia, a minimização das perdas técnicas e a promoção da segurança energética. Contudo, nas regiões, onde estão instalados os Parques Eólicos, essas vantagens ironicamente não estão relacionadas à redução das desigualdades socioeconômicas. Assim, nesse sentido emerge a preocupação com os aspectos associados à vulnerabilidade das populações do entorno dos Parques Eólicos nos municípios analisados. Logo, através da análise socioambiental feita em escala menor, mais próxima da comunidade, constata-se que parte da população acaba ficando excluída do mercado privado da energia eólica e seus efeitos sobre a produção formal da economia, Maricato et al. (2013).

Ao contrário do que se espera, Santos et al. (2013), a economia cria uma forma de organização no espaço produzindo uma imagem positiva de desenvolvimento. Todavia, a forma que toma nos países periféricos é contrariada pela presença de segmentos pauperizados da população e seguindo esse raciocínio, observa-se que a política energética de aproveitamento de fontes renováveis não contribui ainda com a redução do quadro de atraso dos municípios analisados, e desse modo parcelas das suas populações têm um futuro social de incertezas e preocupações.

O modelo estabelecido para o aproveitamento da energia eólica está associado à ordem econômica vigente e, por outro, desfavorável a uma ordem social que tem suas demandas sociais reprimidas. A relação energia e pobreza confere certo “desencaixe” entre a modernização técnica e econômica. Essa realidade pode ser compreendida a partir da análise dos dados coletados abaixo:

Tabela 1. Índice de Desenvolvimento Humano e outros índices dos municípios com Parques Eólicos.

Tipos	Brasil	João Câmara (RN)	Parazinho (RN)	Guamaré (RN)
IDHM (2010)	0,727	0,595	0,549	0,626
% de extremamente pobres (2010)	6,62	15,56	23,2	8,72
% de pobres (2010)	15,2	35,99	47,58	23,79
% de vulneráveis à pobreza (2010)	32,56	62,19	70,63	51,64
Renda per capita média dos extremamente pobres (2010)	31,66	33,43	32,65	24,86
Renda per capita média dos pobres (2010)	75,19	74,14	69,5	78,05
Renda per capita média dos vulneráveis à pobreza (2010)	142,72	124,23	109,47	141,79
Parques eólicos em operação	250	10	10	8

Fonte: Adaptado de Atlas do IDHM, 2013.

A tabela 1 revela que o modelo estabelecido para o aproveitamento da energia eólica está associado à ordem econômica vigente e desfavorável a uma ordem social que tem suas demandas sociais reprimidas. A relação energia e pobreza confere certo “desencaixe” entre a modernização técnica e econômica. Então, embora que o aproveitamento da energia eólica tenha crescido substancialmente no Estado os empregos gerados pelas multinacionais do setor são temporários, ou seja, uma vez finalizada a etapa de instalação dos aerogeradores, não há mais necessidade da mão de obra local. Além disso, os postos de trabalho são ocupados pela população de baixa

escolaridade, principal problema. Pois, ao entrarem em operação, o funcionamento de um parque exige a presença de trabalhadores com maior especialização. Nesse sentido, não contribuiu para a redução das desigualdades socioeconômicas.

3 CONCLUSÕES

O aproveitamento das fontes de energias renováveis repercute positivamente nas questões do clima global, uma vez que seus impactos são quase inexistentes. E o seu uso contribui para reduzir a utilização das energias baseadas em combustíveis fósseis. O mesmo não se afirma em relação à realidade social dos territórios que abrigam os empreendimentos elétricos, pois as necessidades econômicas e demográficas permanecem inalteradas.

Desse modo, o cenário eólico dos municípios de João Câmara, Parazinho e Guamaré é preocupante. Pois, apesar dos benefícios promovidos pela descentralização dos serviços energéticos e das inovações tecnológicas, que melhora a qualidade de vida através do consumo, a desigualdade continua como o epicentro da instabilidade social e da desesperança de uma vida melhor. Assim, confirma as preocupações com o quadro social nos territórios bem condicionados ambientalmente para geração de energia limpa e renovável.

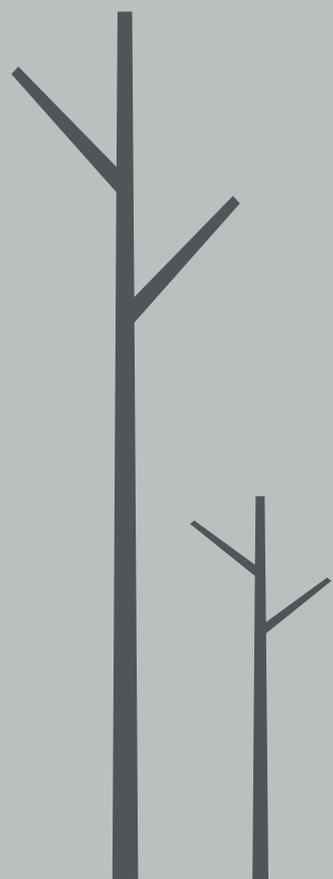
4 REFERÊNCIAS

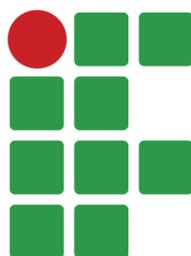
- 1 AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS. Rio Grande do Norte possui a maior matriz eólica do país. Disponível em: <<http://www.arsep.rn.gov.br/>> Acesso: 15 de setembro de 2016.
- 2 ALVES, H. P. F. Vulnerabilidade Socioambiental na Metrópole Paulistana: uma análise sócio demográfica das situações de sobreposição espacial de problemas e riscos sociais e ambientais. Revista Brasileira de Estudos da População, São Paulo, v.3, nº1, p. 43-59, 2005.
- 3 ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL (Brasil). São José do Seridó, RN. 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/>. Acesso: 26 de setembro de 2016.
- 4 CUTTER S. L. A ciência da vulnerabilidade: modelos, métodos e indicadores. Revista Crítica de Ciências Sociais [online], 93|2011 postas online no dia 01 outubro 2012, consultado em 30 Janeiro 2013. Disponível em: <<http://rccs.revues.org/165>>. Acesso: 20 de junho de 2015.
- 5 DAMIANI, A. L. Cidades médias e pequenas no processo de globalização: Apontamentos bibliográficos. In: LEMOS, ARROYO, SILVEIRA. América Latina: cidade, campo e turismo. CLACSO, Conselho Latino-americano de Ciências Sociais, San Pablo. Dezembro de 2006.
- 6 DOW, Kirstin; DOWNING, Thomas E. O Atlas da Mudança Climática: o mapeamento completo do maior desafio do planeta. 1. ed. São Paulo: Editora Publifolha, 2007. 120 p.
- 7 FAPESPE. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Um futuro com energia sustentável: iluminando o caminho. [São Paulo]: FAPESP; [Amsterdam]: InterAcademy Council; [Rio de

Janeiro] : Academia Brasileira de Ciências, 2010. 300 p. (Tradução Maria Cristina Vidal Borba, Neide Ferreira Gaspar). Disponível em: <<http://www.fapesp.br/publicacoes/energia.pdf>>. Acesso: 13 de agosto de 2013.

8 GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

9 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa nacional por amostra de domicílios (PNAD). Volume Brasil, 2005. Disponível em: <www.ibge.gov.br. > Acesso: 5 jun. 2013.





**INSTITUTO
FEDERAL**

Rio Grande do Norte